

## A educação física na prática inclusiva

Gládis Amélia de Almeida

Manoel Osmar Seabra Junior

Denise Ivana de Paula Albuquerque

**Como citar:** ALMEIDA, Gládis Amélia de; SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar; ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula. A educação física na prática inclusiva.

*In:* SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar; CASTRO, Rosane Michelli de (org.).

**Avaliação, formação docente e perspectivas da educação inclusiva:** eixos do atendimento educacional especializado. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 17-31.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-310-6.p17-31>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## CAPÍTULO 1

# A EDUCAÇÃO FÍSICA NA PRÁTICA INCLUSIVA

*Gládis Amélia de Almeida*  
*Manoel Osmar Seabra Junior*  
*Denise Ivana de Paula Albuquerque*

### INTRODUÇÃO

**N**a atualidade, o movimento de acessibilidade desencadeado, além de proporcionar o ingresso em órgãos de ensino, tem como finalidade estender essa possibilidade à vida diária do cidadão com deficiência.

Pretende que barreiras arquitetônicas sejam derrubadas, permitindo que a pessoa com deficiência possa utilizar o transporte coletivo, locomover-se na rua, ter acesso aos locais onde são desenvolvidas atividades culturais e de lazer. Mais do que isso, almeja derrubar as barreiras invisíveis, pois os efeitos do comprometimento parecem ultrapassar os limites do corpo.

Em nossa cultura, a debilidade da saúde, da beleza e da autonomia, como sugere Albright (1997), é uma marca da deficiência. Dessa forma,

reações diversas surgem, quando uma pessoa se depara com um indivíduo com deficiência, como um cadeirante, por exemplo.

As diferenças físicas ou um desenvolvimento perceptivo diferente ocasionam, frequentemente, a exclusão do belo, saudável e autônomo, ou seja, a diferença é caracterizada pelo fato de não pertencer aos parâmetros de normalidade construídos pela sociedade. No entanto, a pessoa com deficiência é capaz de usufruir de uma vida plena, desde que sejam feitas as adaptações necessárias.

Sendo assim, existem muitas discussões sobre os meios de levar mais informações acerca do valor da atividade física para a saúde e qualidade de vida da população em geral (NAHAS, 2001). No Brasil, as tentativas de implantar espaços adequados para a atividade motora adaptada para crianças e jovens são recentes. A atividade física regular como meio de alcançar condições satisfatórias de aptidão física relacionada à saúde, para essa população, é algo raro. Para que se possa chegar a essa situação, é necessário que haja espaços físicos sem barreiras arquitetônicas, com foi citado anteriormente, conhecimentos das técnicas de orientação e mobilidade do cego, da língua dos surdos e, principalmente, o respeito à alteridade presente entre as pessoas.

A política da educação, desde 1996, já apresenta proposta para a inclusão com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96). Isso ocorre como resultado de um movimento iniciado em 1949, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem. O processo tem seguimento através de discussões a respeito do Estatuto da Pessoa com Deficiência, criado em 2007. Nesse aspecto, a política vigente defende a participação de pessoas cegas, surdas, com deficiência mental ou física em programas oferecidos à comunidade em geral. Esses programas devem atender a diversas pessoas, oferecendo espaço de integração social.

Mas, além dos espaços de integração social, deve-se ter possibilidade de respeitar as necessidades específicas de cada aluno, promovendo a cultura da atividade física para a saúde e uma melhor qualidade de vida ativa no ensino/aprendizagem focada, em primeiro lugar, no esporte, na recreação e na dança, para que ele possa participar de qualquer outro espaço de

lazer. Essa postura é advinda de uma extensa rede de atitudes nos âmbitos político, profissional, social e pessoal.

Diante desse paradigma, algumas questões e controvérsias levam a uma reflexão sobre as possibilidades e benefícios da Educação Física para alunos com deficiência, no contexto escolar. Para tanto, proporcionar o desenvolvimento integral implica a ajuda para que o aluno consiga atingir a adaptação, para o movimento; o equilíbrio, conforme suas possibilidades de ação; a participação, com independência e autonomia em ambientes diversos. Permitir que o aluno utilize sua habilidade motora propiciará segurança e meios para que possa participar das atividades propostas a ele, não restringindo a grupos específicos.

A falta de acessibilidade reflete o desinteresse em que pessoas com deficiência possam praticar atividades desportivas. Sendo assim, faz-se suscitar o repensar e questionar: qual o papel da Educação Física escolar, no processo de inclusão dos alunos com deficiência? Que aspectos deveriam conter as práticas pedagógicas da Educação Física, de forma a possibilitar o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência?

Nesse panorama, o investimento em formação profissional daqueles que irão aplicar as leis voltadas para o lazer, esporte e recreação pode ser uma perspectiva de mudança de comportamento relativo à inatividade de pessoas com deficiência. São os profissionais de Educação Física e áreas afins que podem apoiar a cultura do lazer esportivo, em prol de um estilo de vida ativo desses indivíduos, fornecendo o suporte teórico e prático, de sorte a facilitar o entendimento, um maior conhecimento e alternativas que mudem a forma de olhar e interagir com crianças e jovens com deficiência.

A Educação Física Escolar nos permite investigar diferentes aspectos de nossa prática profissional, e esta tem o papel de integrar, de introduzir o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzir e transformar um instrumento para usufruir de melhoria da qualidade de vida e, assim, integrando-o não só com seu corpo, mas junto aos outros, respeitando seus limites, interesses e diferenças. Tais conhecimentos o levam a ser cidadão mais flexível e não instrumento de exclusão e discriminações (DARIDO, 2009).

Sob essa ótica, a discussão de uma escola para todos tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção de alunos com deficiência. O grande entrave está centrado na questão de como promover a inclusão na escola, de forma responsável e competente. Diante desse contexto, o objetivo mais amplo proposto neste artigo é analisar, na prática inclusiva, o papel da Educação Física para o desenvolvimento dos alunos com deficiência, revelando as limitações e as possibilidades de aprendizagem. E, em específico, verificar como as práticas pedagógicas podem possibilitar o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência e se relacionar aos aspectos éticos, pessoais, legais da educação inclusiva para a área de Educação Física.

### ABORDAGENS TEMÁTICAS

A população que possui algum tipo de deficiência é “nominada” portadora de uma necessidade específica e recebe vários conceitos.

Muitas vezes, essas “nomeações” são cheias de palavras requintadas, como afirma Silva (1997, p.15): “[...] expressões rebuscadas que reproduzem, de forma inversa, a mesma atitude preconceituosa, desta vez em seu disfarce benevolente.”

A expressão “pessoas com deficiência”, empregada neste estudo, ilustra o tema no âmbito da Atividade Motora Adaptada. Com essa designação, pretende-se ressaltar a necessidade, comum a esses grupos, de conquistar espaços para o lazer esportivo, desenvolvendo uma identidade cultural de vida ativa.

Alunos com necessidades educativas especiais caracterizam-se pela apresentação de maiores dificuldades no aprendizado, em relação aos demais alunos. Para superar essas dificuldades, é necessário desde remover barreiras arquitetônicas até alterar matrizes curriculares. Essas dificuldades podem ter origem no convívio sociofamiliar, em práticas metodológicas didáticas inadequadas, entre outras.

Sobre essa questão, a resolução CNE/CEB nº2 (BRASIL, 2001) refere, em seu Art. 2º: “Os sistemas de ensino devem **matricular todos os alunos**, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos

com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

O MEC, além dos termos mencionados para tratar de grupos específicos, publicou o Decreto nº 7611 (BRASIL, 2011), que traz as seguintes orientações:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

O decreto ainda define:

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

## **MARCO HISTÓRICO E LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A luta pelos direitos de igualdade social das pessoas com deficiência é o marco inicial da inclusão escolar, em nossa sociedade. Sabe-se que a maioria dos direitos conquistados por um povo remete à educação, e não foi diferente nesse aspecto. Anteriormente ao século XX, a ideia de inclusão era inexistente, de modo que a maioria das pessoas sequer tinha direito e/ou condições para frequentar a escola. Já no século XX, verifica-se

a segregação social e escolar. As pessoas começam a ter um acesso maior à escola, no entanto, as classes sociais são homogêneas.

Difícilmente os alunos pobres tinham contato com alunos de classes mais altas da sociedade, ou seja, a interação entre as classes mais baixas e a classe dominante não existia. Na segunda metade do século XX, começam a surgir as chamadas “escolas especiais” e, posteriormente, as classes especiais dentro das “escolas comuns”. O surgimento dessa modalidade de ensino, que não gera uma real inclusão, criou uma “aberração” pedagógica, pois dividiu a educação em duas modalidades, indo na contramão das propostas inclusivas que conhecemos.

Na década de 70, as escolas regulares começam a aceitar alguns alunos com deficiência em salas comuns, contanto que esse aluno conseguisse adaptar-se aos métodos de ensino impostos. Essa adaptação do aluno raramente acontecia, porque essa adaptação era de sua incumbência do mesmo. Somente no final da década de 80, após a nova Constituição Federal de 1988, é que vemos os primeiros e verdadeiros movimentos em direção à educação inclusiva, no Brasil, pois passa a existir somente um tipo de educação e esta é para todos, sem exclusão de classes sociais, raça e cor.

Cabe lembrar que eventos contribuíram nesse sentido, sem os quais não teríamos avanços, em nível teórico ou prático, sobre a inclusão escolar. Declarações internacionais, formuladas por organismos pertencentes à ONU (UNESCO e Oficina do Alto Comissariado de Direitos Humanos), representam importantes marcos legais para a educação inclusiva. A ONU (Organização das Nações Unidas) foi fundada em 24 de outubro de 1945, por 51 países-membros, emergindo de um contexto histórico marcado pelas duas grandes guerras mundiais, trazendo em seu bojo objetivo de paz, de cooperação internacional e de fortalecimento de valores democráticos.

A primeira dessas declarações é a Declaração Universal de Direitos Humanos, propalada pela ONU, em 1948, que apontava para garantia dos direitos a liberdade, a igualdade e a dignidade para todo ser humano, a despeito da raça, sexo, origem nacional, social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição. Um desses direitos básicos é o direito à educação.



A Declaração de Salamanca foi fruto também do trabalho da UNESCO, com o fim de estabelecer uma diretriz comum para a inserção da criança com necessidades educacionais especiais. O foco situa-se justamente na população-alvo da inclusão escolar, que são as crianças com deficiências. Essa declaração culminou no documento das Nações Unidas – “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, o qual requer que os Estados assegurem a educação de pessoas com deficiências como parte integrante do sistema educacional (UNESCO, 1994, p.1). No Brasil, essa declaração certamente serviu como fio condutor do que viria a se consolidar como “Política Nacional para Inclusão das Crianças com Necessidades Especiais” e na elaboração de todas as leis relacionadas à educação especial. A “Convenção da Guatemala”, convenção interamericana, de 1999, prevê a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, e também foi assinada pelo Brasil.

Freire (*apud* MARQUES et al., 2006), a respeito da inclusão, salienta que é muito importante na educação a inclusão do outro sujeito, de forma independente, criativa, solidária e construtora da sua própria história. Uma proposta libertadora e inclusiva exclui tudo que dificulta a inclusão e propicia o olhar para a construção coletiva do conhecimento e do relacionamento humano.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Em se tratando da inclusão do aluno com deficiência na escola regular e nas aulas de Educação Física, tem havido discussões e controvérsias. Na sociedade em que vivemos, essas pessoas são consideradas incapazes e ineficientes. Sob o novo paradigma da inclusão, elas têm que ser vistas e aceitas pelas suas possibilidades e não pelas suas incapacidades. Para Carmo (2002), cada vez menos pessoas estão sendo envolvidas nas aulas de Educação Física, isto é, tendo oportunidades somente aqueles que são mais aptos, os melhores e os mais próximos do mundo dos iguais. A Educação Física vem resgatar uma educação para todos, principalmente no que se refere aos alunos que apresentam necessidades especiais, permanentes ou não. Assim, oferecem-se oportunidades ao aluno de conhecer suas

possibilidades e vencer seus limites, facilitando a sua participação sempre que possível nas aulas de Educação Física, promovendo a interação entre todos os alunos.

A atividade esportiva adaptada é um ponto relevante para o comprometimento da Educação Física, com o direito à prática destas atividades por pessoas deficientes e, em específico, integrando crianças e jovens deficientes em programas de esporte, recreação e cultura. A defesa deste direito tem ênfase a partir do final da década de 1970 quando documentos internacionais lançam as diretrizes e orientações a serem adotadas na ampliação de oportunidades de inclusão social das pessoas deficientes (OLIVEIRA, 2003). Destaca-se o ano de 1981, declarado *ano internacional da pessoa deficiente* onde são traçadas orientações e diretrizes a serem seguidas pelos países que cultuam essa prática.

A Educação Física Adaptada (ou atividade motora adaptada) é uma das vertentes que permite trabalhar com os conceitos de desenvolvimento global do ser, possibilitando que as pessoas que têm acesso e oportunidade escassa não sejam instrumentos de exclusão e discriminação.

A trajetória da Atividade Motora Adaptada (AMA) como manifestação de uma área do conhecimento é recente. Entretanto, temos registros esporádicos de grupos esportivos que se reuniam em épocas distantes. Os acontecimentos marcantes como registros históricos datam do século XX. Em 1934, eventos importantes acontecem para o esporte dos surdos; em 1960, para os deficientes físicos, e, em 1968, para pessoas com deficiência mental.

Educação Física Adaptada “[...] é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais.” (DUARTE; WERNER, 1995, p. 9). Podemos encontrar alguns autores que entendem o termo Educação Física Especial como a Educação Física para pessoas deficientes. Outros ainda consideram o termo Educação Física Adaptada, Atividade Motora Adaptada e Educação Física Especial com o mesmo significado (PEDRINELLI, 1994).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na realização deste estudo, a metodologia utilizada constituiu-se de pesquisa bibliográfica, pelo fato de ter como principal finalidade desenvolver, esclarecer e tentar relacionar conceitos. Esse tipo de pesquisa tem por objetivo oferecer maiores informações sobre determinado assunto, facilitar a delimitação de uma temática de estudo, definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma investigação ou, ainda, descobrir um novo enfoque para o estudo que se pretende realizar (SILVA; SCHAPPO, 2002, p.54).

Para a análise, será utilizada a abordagem qualitativa. Segundo Deslandes (1994), a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir a sua representatividade, porém, a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado, em suas múltiplas dimensões.

## RESULTADOS

De acordo com Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento e visando a atender às necessidades de seus educandos.

Os mesmos autores referem que tais adequações envolvem adaptação de material e sua organização, na aula: tempo disponível espaço e recursos materiais; adaptação no programa: planejamento, atividades e avaliação; aplicar uma metodologia adequada à compreensão dos educandos, usando estratégias e recursos que despertem neles o interesse e a motivação, através de exemplos concretos, incentivando a expressão e criatividade; adaptações de objetivos e conteúdos: adequar os objetivos e conteúdos, quando forem necessários, em função das necessidades educativas, dar prioridade a conteúdos e objetivos próprios, definindo mínimos e introduzindo novos, quando for preciso.

Percebe-se a preocupação quanto a uma Educação Física voltada para o desenvolvimento integral do ser humano, mediada pelas questões socioculturais, sugerindo a visualização do ser humano em sua totalidade.

Darido (2009, p. 15) alude à tendência *Saúde Renovada*, “[...] por incorporar princípios e cuidados já consagrados em outras abordagens com enfoque mais sócio cultural”, sugerindo que o objetivo da Educação Física na escola seja o de ensinar os conceitos básicos da relação entre atividade física, aptidão física e saúde.

A abordagem Saúde Renovada procura atender a todos os alunos, sobretudo os que mais necessitam, como os sedentários, os de baixa aptidão física, os obesos e as pessoas com deficiência, confirmando assim a sua utilidade nas aulas de Educação Física.

O Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Ensino Fundamental, seguindo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei número 9394/96 (BRASIL, 1996), baseados no modelo educacional espanhol, elaborou os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), incluindo documento específico destinado à área da Educação Física (BRASIL, 1998).

Sua principal finalidade é mostrar alternativas às propostas curriculares dos Estados e municípios, bem como fornecer subsídios e possibilidades para a atuação e a prática docente, ou seja, os PCNs devem auxiliar os professores a refletirem e organizarem seu próprio trabalho pedagógico.

Darido (2004) aponta três aspectos relevantes na proposta dos PCNs - área Educação Física: o princípio da inclusão, as dimensões atitudinais, conceituais e procedimentais dos conteúdos e os temas transversais.

No princípio da inclusão, a proposta destaca uma Educação Física dirigida a todos os alunos, sem discriminação, portanto, com as seguintes características: desenvolver um ensino inclusivo pode ajudar a superar o já referido histórico da disciplina – que, em muitos momentos, se pautou em distinguir indivíduos aptos e inaptos. Deve-se levar em conta também que, mesmo alertados para a exclusão de grande parte dos alunos muitos professores apresentam dificuldades em refletir e modificar procedimentos e atividades excludentes, devido ao enraizamento de práticas como essa. Quando o professor desenvolve efetivamente uma atividade inclusiva? Quando apoia, estimula, incentiva, valoriza, promove e acolhe o estudante (DARIDO, 2004). Dessa forma, as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas, afetivas e políticas foram reavaliadas e enfatizadas, concebendo

o aluno como ser humano integral, propondo objetivos educacionais mais amplos e pressupostos pedagógicos mais humanos.

Com referência aos conteúdos, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, quer dizer, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual).

Na perspectiva do documento, os conteúdos são os meios pelos quais o aluno deve analisar e abordar a realidade, de modo que, com isso, possa ser construída uma rede de significados em torno do que se aprende na escola e do que se vive. Na Educação Física escolar, por conta de sua trajetória histórica e da sua tradição, a preocupação do docente centraliza-se no desenvolvimento de conteúdos de ordem procedimental. Entretanto, é preciso superar essa perspectiva fragmentada, envolvendo, igualmente, as dimensões atitudinal e conceitual. Conforme Ferraz (1996, p. 17), essas dimensões podem ser entendidas da seguinte maneira, na Educação Física:

A dimensão procedimental diz respeito ao saber fazer [...]. No que diz respeito à dimensão atitudinal, está se referindo a uma aprendizagem que implica na utilização do movimento como um meio para alcançar um fim, mas este fim não necessariamente se relaciona a uma melhora na capacidade de se mover efetivamente. Neste sentido, o movimento é um meio para o aluno aprender sobre seu potencial e suas limitações [...]. [A dimensão conceitual] [...] significa a aquisição de um corpo de conhecimentos objetivos, desde aspectos nutricionais até sócio-culturais como a violência no esporte ou o corpo como mercadoria no âmbito dos contratos esportivos.

Na prática concreta de aula, significa que o aluno deve aprender a jogar queimada, futebol ou basquetebol, mas, juntamente com esses conhecimentos, deve saber quais os benefícios de tais práticas, por que se pratica tais manifestações da cultura corporal hoje, quais as relações dessas atividades com a produção da mídia televisiva, imprensa, dentre outras

questões. Nesse sentido, mais do que ensinar a fazer, o objetivo é que os alunos obtenham uma contextualização das informações como também aprendam a se relacionar com os colegas, reconhecendo quais valores estão por trás de tais práticas.

O discurso dos PCNs trata sobre a cidadania, compreendendo a escola como um dos espaços possíveis de contribuição para a formação do cidadão crítico, autônomo, reflexivo, sensível e participativo. E, na perspectiva de consolidar tal objetivo, o documento apresenta como temática central os temas sociais emergentes, indicando-os como questões geradoras da realidade social e que, por conseguinte, necessitam ser problematizados, criticados, refletidos e, possivelmente, encaminhados. Tais temas são chamados de Temas Transversais, pois podem e devem ser trabalhados por todos os componentes curriculares. Os temas desenvolvidos relacionam-se às seguintes problemáticas: Ética; Meio Ambiente; Trabalho e Consumo; Orientação Sexual; Pluralidade Cultural e Saúde, ou outros temas que se mostrem relevantes.

O tema transversal “Saúde” apresenta limitações, ao se tentar defini-lo de maneira estanque e conclusiva, porque, quando se fala em saúde, não podemos deixar de considerar seus fatores de influência e determinação: o meio ambiente, os aspectos biológicos, socioeconômicos, culturais, afetivos e psicológicos.

Na Educação Física, a saúde esteve historicamente ligada à área, muito embora tal ligação estivesse voltada ao caráter eminentemente biológico e informativo. Superando essa perspectiva histórica a partir desse novo enfoque trazido pelos PCNs (BRASIL, 1998), a Educação Física necessita refletir sobre o conceito de saúde de maneira mais ampla, de modo que as dimensões social, psicológica, afetiva e cultural também sejam privilegiadas.

Reconhecer, portanto, o papel da influência da mídia ligada à saúde e à atividade física vincula-se à função do professor de Educação Física, responsabilizando-o por fazer uma leitura crítica do cenário atual. Afinal, abrindo um jornal, lendo uma revista ou assistindo à TV, insistentes são os apelos feitos em prol da atividade física. A mídia não descansa; quer vender roupas esportivas, propagandas de academias, tênis, aparelhos

de ginástica e musculação, vitaminas, dietas..., uma espécie infundável de materiais, equipamentos e produtos alimentares que, por trás de toda essa “parafernália”, impõem um discurso do convencimento de um corpo belo, saudável e, em sua grande maioria, de melhor saúde. Por isso, tem-se a impressão, atualmente, de que atividade física e saúde são sinônimas (CARVALHO, 1995).

Com esse pensamento, cabe ao professor de Educação Física identificar o contexto da saúde na área, construindo e incentivando discussões e reflexões que possibilitem ao aluno fazer uma leitura crítica do meio em que está envolvido. Vale ainda discutir sobre as “dores do dia seguinte”, ou seja, as sensações frequentes entre os “atletas de final de semana”, sobre como capacitar o corpo a perceber seus limites, evidenciando práticas corporais que trabalhem com essas questões. Além disso, situações de estresse, presentes na sociedade contemporânea, fazem-nos refletir sobre as possibilidades das aulas de Educação Física nos diversos setores da saúde: promoção, prevenção e recuperação (FERREIRA; RAMOS, 2000).

Na verdade, os professores, em geral, e os professores de Educação Física, em particular, ainda enfrentam inúmeras dificuldades com o trato da transversalidade. Como organizar as aulas tendo como tema o meio ambiente, a pluralidade cultural e a orientação sexual, sem perder a sua especificidade? Não temos ainda tradição na reflexão e encaminhamento de tais questões, mas reconhecemos que são fundamentais para a formação do cidadão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Práticas históricas conhecidas levaram à extinção e à exclusão social de seres humanos considerados não produtivos, sendo necessário que sejam descartadas da sociedade humana. E descartá-las não significa apenas não praticá-las. Requer mudança de postura e adoção de práticas fundamentadas nos princípios da dignidade e dos direitos humanos. Nada terá sido modificado se, no exercício da educação e da formação da personalidade humana, o esforço permanecer vinculado a uma atitude de comiseração, como se os alunos com deficiência fossem dignos de piedade. A dignidade humana não permite discriminação. Ao contrário, exige que os direitos de igualdade de oportunidades sejam respeitados.

O respeito à dignidade da qual se reveste todo ser humano impõe-se como base e valor fundamental de todo estudo e ações práticas direcionadas ao atendimento de alunos com deficiência, independentemente da forma em que tal se manifesta. A vida humana se enriquece, quando construída e experimentada tomando-se como referência o princípio da dignidade. Conforme esse princípio, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora de respeito de seus semelhantes e tem o direito a boas condições de vida e à oportunidade de realizar seus projetos. Juntamente com o valor fundamental da dignidade, impõe-se o da busca da identidade. Trata-se de um caminho nunca suficientemente acabado. Todo cidadão deve, primeiro, tentar encontrar uma identidade inconfundivelmente sua. Para simbolizar a sociedade humana, podemos utilizar a forma de um prisma, que em cada face representa um modo de realidade. Assim, é possível que, para encontrar sua identidade específica, cada cidadão precise encontrar-se como pessoa, familiarizar-se consigo mesmo até que, finalmente, tenha uma identidade, um rosto humanamente respeitado. Essa reflexão favorece o encontro das possibilidades, das capacidades de que cada um é dotado, facilitando a verdadeira inclusão.

## REFERÊNCIAS

- ALBRIGHT, A.C. *Choreographing difference: the body and identity if contemporary dance*. Hanover: Wesleyan University Press, 1007.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos e princípios pedagógicos da educação física: uma perspectiva sociocultural. In: DARIDO, S.C; MAITINO, E. M. (Org.). *Pedagogia cidadã: cadernos de formação: educação física*. São Paulo: UNESP/Pró-reitoria de Graduação, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei nº. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: educação física*. Brasília, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto 7611*, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www>.



planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 30 mar. 2012.

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. *Educación física para niños y niñas con necesidades educativas especiales*. Malaga: Ediciones Aljibe, 1995.

CARMO, A. A. Inclusão escolar e a educação física: que movimentos são estes? *Integração*, v. 14, edição especial, p. 6-13, 2002.

CARVALHO, Y. M. *O mito da atividade física e saúde*. São Paulo: Hucitec, 1995,

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de actividade física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v.18, n. 1, p. 61-80, 2004.

DESLANDES, S. E. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-50.

DUARTE, E; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: COSTA, V. L. M. *Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância*. Rio de Janeiro: ABT; UGF, 1995. V. 3.

FERRAZ, O. L. Educação física escolar: conhecimento e especificidade, a questão da pré-escola. *Revista Paulista de Educação Física*, supl. 2, p. 16-22, 1996.

FERREIRA, L. A., RAMOS, G. N. S. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física e saúde. *Corpoconsciência*, Santo André, n. 5, p.55-63, 2000.

MARQUES, C. A. et al. Globalização e educação: o papel da inclusão à luz do pensamento de Paulo Freire. *Educação & Linguagem*, ano 9, v.1, n. 13, 2006.

NAHAS, M. V. *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativa*. Londrina: Midiografic, 2001.

PEDRINELLI, V. J. *Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência*. Brasília, DF: MEC-SESI-DN, 1994. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br>>. Acesso em: 12-ago. 2011.

SILVA, M. B.; SCHAPPO, V. L. *Introdução à pesquisa em educação*. Florianópolis: UDESC, 2002. (Caderno Pedagógico). V. 1.

SILVA. T. T. A. A política e epistemologia do corpo normalizado. *Espaço Aberto: informativo técnico científico do Instituto Nacional de Educação de Surdo – INES*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 3 -15, dez. 1997.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2010